

Revista Gepesvida

<http://www.icepsc.com.br/ojs/index.php/gepesvida>

Número 19. Volume 8. 2022. ISBN: 2447-3545.



AMBIENTE, CONDIÇÕES DE TRABALHO E SAÚDE DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Lilia Aparecida Kanan¹
Jaime Farias Dresch²

Resumo: Trata-se de uma revisão narrativa, não sistemática, que pretendeu dar visibilidade às discussões acerca do ambiente, das condições de trabalho e a saúde de professores da Educação Básica. O estudo encontra justificativas no fato de que há, no Brasil, 2,2 milhões destes profissionais neste nível da educação. Como resultados, encontra-se evidências de adoecimento junto à categoria, uma vez que é farta a literatura que versa sobre os transtornos físicos (de voz, musculoesqueléticos e problemas cardiológicos) que os acometem, bem como mentais e comportamentais (insônia, depressão, neuroses do trabalho, fadiga psicológica, estresse e Síndrome de Burnout). Os estudos que integraram a análise possibilitam destacar que o bem-estar no trabalho destes profissionais influencia seu desempenho, bem como a importância da prevenção e erradicação de sentimentos e condições ambientais nocivas que possam causar prejuízos físicos e emocionais aos mesmos. Restou evidente que o ambiente e as condições de trabalho dos professores da Educação Básica determinam o bem-estar (ou o oposto) em seu trabalho. Foi possível constatar ainda, que ao longo dos últimos anos ocorreu a intensificação e precarização das condições de trabalho desses profissionais com evidentes prejuízos sobre a saúde e, num contexto ampliado, sobre sua vida. Ainda que se encontre significativa quantidade de estudos a respeito do tema abordado, neles não se observam sugestões já concretizadas ou relatos de intervenções adotadas para eliminar ou minimizar as condições adoecedoras que muito têm afastado os professores das salas de aula. Na prática, quase nada consta nestes estudos que atestem a melhoria das condições de trabalho, de saúde e de bem-estar dos professores.

Palavras-chave: ambiente de trabalho docente, condições de trabalho docente, bem-estar laboral de professores, adoecimento de professores, Educação Básica.

¹ Psicóloga. Doutora em Psicologia, professora de cursos de Graduação, Especialização Lato Sensu, MBA e dos Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu Mestrado em Educação e Mestrado em Ambiente e Saúde da Universidade do Planalto Catarinense - UNIPLAC (SC). Professora invitada en la maestría en Psicología de la Salud de la Universidad Cooperativa de Colombia. Ocupou a coordenação do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu Mestrado em Ambiente e Saúde da UNIPLAC (SC). É atualmente Pró-Reitoria de Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação da UNIPLAC. E-mail: prof.lak@uniplaclages.edu.br

² Doutor em Educação pela Universidade Federal de São Carlos. Doutorando Sanduiche na Universidade do Minho, em Portugal. Mestre em Educação e Pedagogo pela Universidade Estadual Paulista. Docente e Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Planalto Catarinense. Pesquisador do Grupo de Pesquisa “NuPEB: políticas, estéticas e diferenças”. Lages, SC, Brasil. Email: prof.jaime@uniplaclages.edu.br

Revista Gepesvida

Resumen: Esta es una revisión narrativa no sistemática que tuvo como objetivo dar visibilidad a las discusiones sobre el medio ambiente, las condiciones de trabajo y la salud de los profesores de Educación Básica. El estudio encuentra justificación en el hecho de que, en Brasil, hay 2,2 millones de estos profesionales en este nivel de enseñanza. En consecuencia, existe evidencia de enfermedad en la categoría, ya que existe mucha literatura que trata sobre los trastornos físicos (voz, problemas musculoesqueléticos y cardiológicos) que les afectan, así como trastornos mentales y del comportamiento (insomnio, depresión, neurosis del trabajo, fatiga psicológica, estrés y Síndrome de Burnout). Los estudios que integraron el análisis permiten destacar que el bienestar en el trabajo de estos profesionales influye en su desempeño, así como la importancia de prevenir y erradicar sentimientos nocivos y condiciones ambientales que pueden causarles daños físicos y emocionales. Se evidenció que el ambiente y las condiciones de trabajo de los docentes de Educación Básica determinan el bienestar (o lo contrario) en su trabajo. También fue posible verificar que en los últimos años se ha producido un recrudecimiento y precariedad de las condiciones de trabajo de estos profesionales con perjuicios evidentes para su salud y, en un contexto ampliado, para su vida. Aunque hay una cantidad significativa de estudios sobre el tema abordado, no hay sugerencias que ya se hayan implementado o informes de intervenciones adoptadas para eliminar o minimizar las condiciones enfermizas que han mantenido a los maestros fuera de las aulas. En la práctica, casi nada aparece en estos estudios que acredite la mejora de las condiciones de trabajo, la salud y el bienestar de los docentes.

Palabras-clave: ambiente de trabajo docente, condiciones de trabajo docente, bienestar laboral de los docentes, enfermedad de los docentes, Educación Básica.

INTRODUÇÃO

No contexto da Educação Básica o processo de ensino e aprendizagem de crianças e jovens é determinante da formação humana. Neste período os estudantes necessitam de orientações e direcionamentos de professores, principalmente os mais pequenos. Para que tal missão se realize é preciso ambiente e condições favorecedoras de trabalho e constante qualificação profissional (FAGIANI, 2018). Em outras palavras, a aprendizagem de estudantes e o desenvolvimento pessoal e profissional de professores estão sujeitos às condições de trabalho. E estas podem tanto favorecer, quanto dificultar o processo em suas várias etapas (MOURA *et al.*, 2019).

Sob tal perspectiva questionamos: o ambiente onde os professores exercem suas atividades favorece a realização das mesmas? Quais fatores estão presentes em seu ambiente de trabalho que podem impactar sua saúde e bem-estar? São feitos movimentos para que o ambiente de trabalho das escolas não gere sofrimento ou adoecimento? Em que medida tais questões são discutidas pelos gestores das escolas? Respostas a estas questões são muitas e requerem perspectivar as atividades laborais de professores a partir do conceito de bem-estar no trabalho, uma vez que, numa instância ampliada, esta discussão transversaliza a qualidade do ensino - do seu 'fazer'.

Justificamos o interesse pela temática que enseja respostas aos questionamentos

Revista Gepesvida

anteriores no fato de que, em todas as etapas da educação, em 2021, foram registradas 46,7 milhões de matrículas - uma redução de 1,3% em comparação a 2020. Na rede municipal encontra-se a maioria (49,6%) dos estudantes; na rede estadual 32,2% destes, na rede privada 17,4% e na rede federal, 0,8% dos alunos matriculados. Somente nas escolas de educação básica há 178,4 mil (CRISTALDO, 2022).

Para atender a este contingente de estudantes, há mais de 2,5 milhões de professores no Brasil. A maior parte, 2,2 milhões, atua na Educação Básica, conforme revelam os dados do Censo Escolar de 2020. Informação relevante ao estudo em tela, é que, no ensino fundamental, há 1.379 mil professoras, o que representa 88% do total (BRUM, 2021).

Haja vista a relevância que os números e percentuais referidos enseja, reiteramos a necessidade de reflexão e questionamentos a respeito da importância do trabalho realizado por professores impactado pelas transformações próprias da contemporaneidade. Isto porque, há, em curso, evidências de sua precarização com significativos rebatimentos na saúde desse profissional (MOURA *et al.*, 2019).

Neste sentido, encontramos que os professores representam “a fração mais mal paga e explorada, em busca de um primeiro emprego no magistério público” Soma-se a isto, a alta rotatividade a que estão sujeitos, as degradantes condições de trabalho, os baixos salários, a ausência de direitos e a constante ameaça de perda de seus rendimentos, haja vista seus frágeis vínculos empregatícios e a constante instabilidade profissional (SILVA, 2020, p. 120).

Além destes aspectos, os elevados índices adoecimento e afastamentos encontrados junto à categoria são explicados por Trevisan et al. (2022) pela quase total inexistência de reconhecimento e valorização profissional e social. Soma-se a isto, segundo os autores, o fato de serem exigidos por um contingente de estudantes que requer atenção, dedicação e cuidados adicionais para além das competências previstas nas estruturas curriculares de cursos de graduação, o que pode resultar em sobrecarga mental de trabalho.

Dado este breve apanhado acerca do trabalho de professores, é pertinente apresentarmos elementos que possam contribuir à discussão do conceito de trabalho decente e digno proposto pela Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2000, p. ix): “Traba-

Revista Gepesvida

lho decente é um trabalho produtivo e adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, e que garanta uma vida digna a todas as pessoas que vivem do trabalho e a suas famílias”. Na sequência, a OIT define o que seria uma vida digna, por meio do trabalho docente:

Permite satisfazer às necessidades pessoais e familiares de alimentação, educação, moradia, saúde e segurança. Também pode ser entendido como emprego de qualidade, seguro e saudável, que respeite os direitos fundamentais do trabalho, garanta proteção social quando não pode ser exercido (desemprego, doença, acidentes, entre outros) e assegure uma renda para a aposentadoria. Por seu caráter multidimensional, também engloba o direito à representação e à participação no diálogo social. Em todos os lugares, e para todas as pessoas, o trabalho decente diz respeito à dignidade humana (OIT, 2000, p. ix).

Este entendimento organiza e sustenta a discussão que apresentamos a seguir, que tem como principal objetivo apresentar uma revisão narrativa acerca do ambiente, das condições de trabalho e a saúde de professores da Educação Básica.

PERCURSO METODOLÓGICO

Trata-se de uma revisão narrativa, realizada entre março e setembro de 2022. Os artigos de revisão narrativa são publicações que descrevem e discutem o estado da arte de um determinado assunto (ROTHER, 2007). Este tipo de estudo não requer informar as fontes de informação utilizadas, bem como o método utilizado na busca das referências ou os critérios utilizados para avaliar e selecionar os estudos incluídos (BERNARDO; NOBRE; JATENE, 2004).

A busca inclui as palavras-chave “trabalho docente” OR “de professores” e “ambiente de trabalho docente” OR “de professores”, “condições de trabalho docente” OR “de professores na educação básica”. Os termos foram selecionados no idioma português. As bases de dados utilizadas foram Scopus, Pubmed e Google Acadêmico.

Nestes termos, em razão de o tema ensejar diversos questionamentos e dada sua abrangência e a dificuldade em estabelecer uma pergunta de pesquisa exata, optamos pela revisão narrativa, de modo a estabelecermos uma discussão ampliada.

DISCUSSÃO

É pertinente inicialmente considerarmos que o ambiente de trabalho influencia o bem-estar das pessoas em razão de afetar sua saúde mental; reiteramos, portanto, que o ambiente tem que trazer experiências positivas para os mesmos (WARR, 2007). Do contrário, é provável que surjam experiências de sofrimento e adoecimento, tanto físicos quanto mentais.

Ao referirmos as condições de trabalho de professores não nos limitamos a apresentar aspectos que envolvem infraestrutura, materiais, equipamentos, instrumentos etc., mas também, outros aspectos que caracterizam seu *locus* de trabalho. Ou seja, é preciso colocar foco em aspectos que transcendem as condições concretas e objetivas do contexto laboral. Por exemplo, apoio, relacionamentos, percurso na carreira, remuneração, acesso às possibilidades de formação inicial e contínua (OLIVEIRA, 2020), entre outros elementos que procedem do ambiente laboral que podem ter impacto positivo ou negativo na saúde e bem-estar docente.

A OIT tem dado o devido valor e respeito às condições de trabalho para os profissionais da educação, pois reconhece o prestígio que estes ocupam na sociedade, já que são eles os responsáveis pelo preparo do cidadão para a vida. Entretanto, Cruz *et al.* (2010) citam que o impacto negativo da desvalorização, a falta de reconhecimento profissional, o desrespeito dos alunos frente ao professor e a baixa remuneração salarial tem afetado diretamente a autoestima dos mesmos, pois não condizem com a importância social que esses profissionais têm.

Em Barros (2013, p. 20) encontramos uma definição de condições de trabalho docente como sendo a disponibilidade de recursos para que o trabalho seja realizado da melhor forma possível, sendo que estes recursos relacionados à infraestrutura escolar, recursos financeiros e didáticos, serviços de apoio, as relações e questões empregatícias.

De modo semelhante, Oliveira e Assunção (2011) conceituam condições de trabalho como um conjunto de recursos que propiciam que as atividades laborais sejam realizadas. Este envolve “as instalações físicas, os materiais e insumos disponíveis, os equipamentos e meios de realização das atividades e outros tipos de apoio necessários, dependendo da natureza da produção”.

Atualmente, neste contexto suscetível a influências diversas, observamos que as

Revista Gepesvida

funções dos professores se ampliaram para muito além da sala de aula. Está plenamente superada a situação onde somente ocorria a mediação do conhecimento entre professor e estudante. Em relação a essas mudanças, a responsabilidade do professor aumentou, ampliando-se ainda mais para a relação família-escola-comunidade.

Na perspectiva da Educação Básica há evidências que, no Brasil, as exigências próprias do processo educacional se exacerbaram no trabalho de professores. Algo que decorre das muitas solicitações, pedidos, requerimentos e necessidades, além das perspectivas burocráticas e da exploração do senso de responsabilidade e profissionalismo dos professores (BATISTA *et.al.*, 2010; CARLOTTO; CÂMARA, 2015).

Além disto, as transformações ocorridas no contexto escolar, dadas pela massificação da tecnologia cada vez mais precocemente acessível aos alunos, pelo aumento do quantitativo de alunos em sala de aula, pela precarização das relações e condições de trabalho, sobrecarga, várias jornadas de trabalho associadas à falta de interesse dos alunos e menosprezo à função docente (CORTEZ *et al.*, 2017; TIGHT, 2019) têm impactado a dimensão tanto social, quanto pessoal dos professores. Este fato, em alguma medida, promove influências em sua autoestima, integridade, projetos de vida e em sua saúde emocional e física (CODDO, 2002).

As mudanças em termos de responsabilidades não trouxeram consigo mais suporte aos professores; pelo contrário, eles continuam enfrentando dificuldades para realizar plenamente suas tarefas. Um dos aspectos que dificultam sua plena atividade é apresentado por Gasparini, Barreto e Assunção (2005) quando destacam que para que a educação seja um sucesso é imprescindível que o professor tenha um perfil adequado e que esteja constantemente atualizado em seu fazer. Entretanto, reiteradamente recai nos professores a responsabilidade de buscar seus próprios meios de qualificação, algo que acarreta um aumento de sua jornada de trabalho e que causa poucos rebatimentos em sua remuneração (TEIXEIRA, 2001; BARRETTO; LEHER, 2003).

A superlotação de estudantes em salas de aulas é outro aspecto que tem causado grande acúmulo de responsabilidade e pressões, o que contribui para a perda da qualidade de saúde desses profissionais. A falta de expectativa frente ao trabalho tem promovido a insatisfação, o que transforma o trabalho numa rotina automática e monótona, cuja consequência negativa é a falta de planejamento didático (CRUZ *et al.*, 2010).

Revista Gepesvida

Para Gasparini, Barreto e Assunção (2005), as capacidades físicas, cognitivas e afetivas influenciam as condições de trabalho realizado pelos professores, pois as mesmas afetam suas funções psicofisiológicas, levando a uma sobrecarga ou um aumento da quantidade de solicitações. Tal fato inviabiliza o tempo necessário para recuperação mental desses indivíduos, o que converge para o afastamento dos professores do trabalho por transtornos mentais.

São significativos os dados que associam trabalho docente e adoecimentos/afastamentos do trabalho e aos Transtornos Mentais e Comportamentais – TMC (CORTEZ *et al.*, 2017). Carlotto e Câmara (2015) encontraram em seus estudos que os baixos índices de apoio social e autoeficácia percebida aumentaram em 74 % e 96%, respectivamente, as chances de, no Brasil, um professor vir a ser diagnosticado com TMC. O mesmo diagnóstico é encontrado junto a professores que relatam a ambiguidade do papel traduzida pela pouca ou inexistente clareza sobre as atividades a serem realizadas e a postura a ser adotada diante de, por exemplo, situações conflituosas com estudantes (TREVISAN *et al.*, 2022).

Encontramos ainda artigo publicado pelo Senado brasileiro produzido por Resende (2019), onde consta que a maior parte dos professores do país, em algum momento de sua vida profissional já pediu afastamento por motivo de saúde. O autor relata alguns dos dados apresentados na Comissão de Educação, por exemplo, que dois a cada três professores brasileiros já pediram afastamento por motivo de saúde. Ainda, menciona que 13% dos professores já sofreram algum tipo de agressão em sala de aula.

Trevisan *et al.* (2022), em revisão sistemática internacional sobre agravos à saúde mental de professores destacam os seguintes fatores de risco psicossociais ocupacionais, encontrados junto a professores, tanto no Brasil, quanto no exterior:

ambiguidade do papel, insatisfação no trabalho, baixos níveis de apoio social, autonomia e autoeficácia percebida, exposição a algum tipo de violência, problemas com alunos, cultura escolar deficiente, más condições de trabalho, número sobressalente de alunos em sala de aula e sobrecarga de trabalho e estão associados com transtornos mentais que têm resultado em incapacidade para o trabalho, licenças por doenças, perda de produtividade e de qualidade de vida

Corroborando com o entendimento de Trevisan *et al.*, (2022), encontramos em Cruz *et al.* (2010) que muitos profissionais da área escolar apresentam indícios de adoecimento, uma vez que sofrem maior predisposição aos transtornos psicossociais do que

Revista Gepesvida

aos problemas em sua saúde física. Os principais transtornos psicossociais referidos são as neuroses do trabalho, a fadiga psicológica, o estresse e a Síndrome de Burnout.

A Síndrome de Burnout é um transtorno mental frequente entre professores em todos os níveis de ensino (CARLOTTO; CÂMARA, 2015; TREVISAN *et al.*, (2022). Esta síndrome é um tipo de estresse ocupacional que tem como alvo profissionais envolvidos com qualquer tipo de cuidado em uma relação de atenção direta, contínua e altamente emocional. As profissões que estão mais vulneráveis são as que envolvem serviços de tratamento ou educação. É pertinente destacarmos que a síndrome é constituída por três dimensões: exaustão emocional, caracterizada por falta de energia, escassez de entusiasmo; despersonalização, que se caracteriza por tratar os alunos, clientes, colegas e a organização como objetos; e baixa realização no trabalho, que consiste em uma tendência do trabalhador a se criticar como forma negativa (CARLOTTO; CÂMARA, 2015).

Além dos aspectos anunciados quanto à Síndrome de Burnout, destacamos ainda, as diversas tarefas que o professor precisa realizar, além de ministrar a aula, como por exemplo, preenchimento dos diários de classe, do registro de frequência e as avaliações dos alunos. Estas são atividades burocráticas, rotineiras e desgastantes que, por vezes, são levadas para cumprir em domicílio.

Não obstante à Síndrome, há que citarmos o prejuízo emocional decorrente do ambiente e das condições de trabalho, pois a saúde física também é impactada. Cruz *et al.* (2010) evidenciam que o trabalho do professor é uma atividade muitíssimo estressante. Por exemplo, o pó de giz pode causar irritações e alergias na pele e nas vias respiratórias. Os autores referem ainda que sobre o professor recaem problemas decorrentes do fato de precisar falar constantemente e de alterar o tom da voz repentinamente, provocando calos nas cordas vocais. Outro fator citado pelos autores é a obrigatoriedade da bipedestação, o que traz prejuízos na musculatura e no sistema circulatório, causa desconforto/dor, e muitas vezes leva o profissional afastar-se e em outros casos a se aposentar por invalidez. Além destes, os transtornos musculoesqueléticos e os problemas cardiológicos (VEDOVATO; MONTEIRO, 2008) são frequentes na categoria.

Destarte, a averiguação de uma mínima parcela do conhecimento produzido no Brasil sobre ambiente, saúde e condições de trabalho de professores da Educação Básica,

Revista Gepesvida

possibilita-nos constar que ao longo dos últimos anos, ocorreu a intensificação e precarização das condições de trabalho desses profissionais com evidentes prejuízos sobre a saúde e, num contexto ampliado, sobre sua vida (SILVA; FISCHER, 2020).

Ainda que se encontre significativa quantidade de estudos a respeito do tema que aqui abordamos, neles não se observam sugestões já concretizadas ou relatos de intervenções para eliminar ou minimizar as condições adoecedoras que muito têm afastado os professores das salas de aula. Na prática, quase nada resulta destes estudos que atestem a melhoria das condições de trabalho, de saúde e de bem-estar dos professores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A procura de subsídios em literaturas disponíveis revela hipóteses a respeito da má qualidade da saúde psicofisiológica dos professores por conta de sobre-esforço na realização de suas tarefas no âmbito escolar. O que percebemos evidente é o bem-estar laboral como ponto fulcral à minimização das condições ameaçadoras à sua integridade.

Para que condições adoecedoras e degradantes não se instalem é importante investimentos maciços no bem-estar laboral de professores, algo que, ao longo do tempo, parece ser um grande desafio para gestores e protagonistas da educação. Uma vez que o bem-estar é caracterizado por dois polos representados por gratificação e desgosto, parece emergencial investimentos no polo gratificação, representado pela percepção do professor a respeito da valorização do trabalho (percepção de que o trabalho é importante para si mesmo, para a organização e para a sociedade), do reconhecimento pessoal (ser admirado e recompensado por sua competência), da autonomia (liberdade para executar o trabalho no seu estilo pessoal), da expectativa de crescimento (possibilidades de desenvolvimento pessoal e profissional), do suporte ambiental (percepção de segurança, apoio material, tecnológico e social), dos recursos financeiros (justa relação de troca entre trabalho realizado e salário recebido) e do orgulho de pertencer à organização (PASCHOAL; TAMAYO, 2008).

A partir da atuação de profissionais da educação é que se encontra o alicerce para o desenvolvimento de uma sociedade melhor. Destarte, torna-se importante identifi-

Revista Gepesvida

caros aspectos promotores e os nocivos presentes no trabalho dos professores. Os estudos aqui analisados possibilitam destacarmos que o bem-estar no trabalho destes profissionais influencia seu desempenho, bem como enfatizarmos a importância da prevenção e erradicação de sentimentos e condições ambientais que possam causar prejuízos físicos e emocionais aos mesmos. Nas análises empreendidas ficou evidente que o ambiente e as condições de trabalho dos professores da Educação Básica determinam o bem-estar (ou o oposto) no trabalho dos mesmos.

Educar é próprio do ser humano. Todavia, não é uma tarefa simples, vez que se prescinde de docentes bem preparados intelectualmente, tecnicamente, emocionalmente e eticamente; além disto, requer domínio do conteúdo; dinamismo para reter a atenção dos estudantes, dedicação e planejamento didático; suscita a busca por atualizações de conteúdos, por boa relação afetiva com os alunos, com a escola e a comunidade; além de material de qualidade, tecnologias acessíveis e renovadas, entre alguns aspectos que podem ser citados.

Nestes termos, se a OIT considera decente aquele trabalho que é produtivo e adequadamente remunerado, seguro e saudável, atento aos direitos fundamentais do trabalho; que assegura uma renda para a aposentadoria e é condizente com a dignidade humana, depreende-se que o trabalho docente, no Brasil, está muito aquém de ser considerado digno e decente.

Ao finalizarmos este estudo e de modo a colocarmos atenção naquilo que muito importa, nos valem das palavras de Previtali e Fagiani (2022, p. 162) para quem educar não significa apenas “a transmissão de conhecimentos técnicos, mas também a construção coletiva de uma subjetividade sociocultural, a qual informa a tomada de decisões, inclusive, em relação à tecnologia e não pode estar desprovido de humanidade”.

REFERÊNCIAS

BARRETO, R. G.; LEHER, R. *Trabalho docente e as reformas neoliberais. Reformas educacionais na América Latina e os trabalhadores docentes*. Belo Horizonte: Autêntica, p. 39-60, 2003.

Revista Gepesvida

BARROS, A. V. *Trabalho docente na educação básica na rede municipal de ensino em Belém*. 102 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

BERNARDO, W. M.; NOBRE, M. R. C.; JATENE, F. B. A prática clínica baseada em evidências. Parte II: buscando as evidências em fontes de informação. *Rev Assoc Med Bras*. v. 50. n. 1. p. 1-9. 2004.

BRUM G. *Brasil tem 2,5 milhões de professores, a maioria está no ensino básico*. Agência Brasil. Brasília. 2021.

CARLOTTO, M. S.; CÂMARA, S. G. Prevalence and risk factors of common mental disorders among teachers. *Revista de Psicología del Trabajo y de las Organizaciones*, v. 31. n. 3. p. 201-206 2015.

CODO, W. *Educação: carinho e trabalho*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

CORTEZ, P. A.; SOUZA, M. V. R.; AMARAL, L. O.; SILVA, L. C. A. A saúde docente no trabalho: apontamentos a partir da literatura recente. *Cadernos de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 113-122, 2017.

CRISTALDO. H. *Censo Escolar: mais de 650 mil crianças saíram da escola em três anos*. Agência Brasil. Brasília. 2022.

CRUZ, R. M. *et al.* Saúde docente, condições e carga de trabalho. *Revista Electrónica de Investigación y Docencia (REID)*, 4, Julio, 2010, 147-160.

FAGIANI, C. C. *Brasil e Portugal: qual a formação do jovem trabalhador no século XXI?* Uberlândia: Navegando, 2018.

GASPARINI, S. M.; BARRETO, S. M.; ASSUNÇÃO, A. A. O professor, as condições de trabalho e os efeitos sobre sua saúde. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 189-199, maio/ago. 2005.

MOURA, J. S.; RIBEIRO, J. C. O. A.; CASTRO NETA, A. A.; NUNES, C. P. A precarização do trabalho docente e o adoecimento mental no contexto neoliberal. *Revista Profissão Docente*, v.19. n.40, p.01–17. 2019.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO-OIT. *Decent work and poverty reduction in the global economy*. Second Session of the Preparatory Committee for the Special Session of the General Assembly on the Implementation of the Outcome of the World Summit for Social Development and Further Initiatives. 2000.

OLIVEIRA, D. A. Condições de trabalho docente e a defesa da escola pública: fragilidades evidenciadas pela pandemia. *Revista USP*, n. 127, p. 27-40, 2020.

Revista Gepesvida

OLIVEIRA, D. A.; ASSUNÇÃO, A. A. Condição do trabalho docente: uma análise a partir das demandas dos trabalhadores. In: BERTUSSI, G. T.; OURIQUES, N. (coord.). *Anuário educativo brasileiro: visão retrospectiva*. São Paulo, Cortez, 2011.

PASCHOAL, T. TAMAYO, A. Construção e validação da escala de bem-estar no trabalho. *Avaliação psicológica*, v. 7, n. 1, p. 11-22. 2008.

PREVITALI, F. S.; FAGIANI, C.C. Trabalho docente na educação básica no Brasil sob indústria 4.0. *Revista Katálysis*, v. 25, p. 156-165, 2022.

RESENDE, R. *Maior parte dos professores do Brasil já pediu afastamento por motivo de saúde*. Senado. Brasília. 2019.

ROTHER, E.T. Revisão sistemática X revisão narrativa. Editorial. *Acta Paulista de Enfermagem*. v. 20. n. 2. 2007.

SILVA, A. M. *Formas e tendências de precarização do trabalho docente: o precariado professoral e o professorado estável-formal nas redes públicas brasileiras*. Curitiba: CRV, 2020.

SILVA, J. P.; FISCHER, F. M. O perfil das publicações sobre condições de trabalho e saúde dos professores: um aporte para (re) pensar a literatura. *Saúde e Sociedade*, v. 30, 2021.

TEIXEIRA, L. H. G. Políticas públicas de educação e mudança nas escolas: um estudo da cultura escolar. In: OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, M. R. T. (org.) *Política e trabalho na escola: administração dos sistemas de educação básica*. 2. ed., Belo Horizonte, 2001, p. 177-190.

TIGHT, M. Mass higher education and massification. *Higher Education Policy*, v. 32. p.93-108. 2019.

TREVISAN, K. R. R. et al. Revisão sistemática internacional sobre agravos à saúde mental de professores. *Av. Psicol. Latinoam.*, Bogotá, v. 40, n. 1, p. 18-32. 2022.

VEDOVATO, T. G.; MONTEIRO, M. I. Perfil sociodemográfico e condições de saúde e trabalho dos professores de nove escolas estaduais paulistas. *Escola de Enfermagem*, São Paulo, v. 42, n. 2, p. 290-297, 2008.

WARR, P. B. *Work, happiness and unhappiness*. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates. 2007.

Data de submissão: 15.09.22

Data de aceite: 20.10.22